

**MODALIZADORES
EPISTÊMICOS: UMA
INVESTIGAÇÃO
FUNCIONALISTA**

SANTOS, Márcia de Freitas ¹

¹ Mestranda em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (PR).

RESUMO: Este artigo analisa a expressão da modalidade sob a perspectiva da Gramática Funcional. Esta teoria está assentada sobre os pressupostos da competência comunicativa dos indivíduos que além de codificarem e decodificarem as expressões linguísticas usam e interpretam-nas de uma maneira interacionalmente satisfatória. Por meio da modalidade epistêmica, o enunciador expressa com maior ou menor grau de adesão seu ponto de vista em relação à verdade do conteúdo proposicional. A modalidade assume a função de direcionar para o interlocutor o ponto de vista do locutor. Este pode, por exemplo, marcar seu discurso como incontestável ou duvidoso, depende da expressão modalizadora utilizada e do nível da camada do enunciado em que a expressão está. Em uma investigação de base funcionalista a modalização epistêmica pode atuar nas diferentes camadas de constituição da frase (HENGEVELD, 1989). No nível da predicação o falante descreve para o ouvinte o estado de coisas sem manifestar a sua posição, já no nível da proposição, ao qualificar epistemicamente seu enunciado, o falante não somente avalia como certo ou possível, mas também se posiciona, ou seja, expressa seu ponto de vista. Para a realização desta análise utilizamos como corpus o texto, A Lição de Willie Sutton ao PT, de autoria do colunista José Alexandre Scheinkman, veiculado no jornal Folha de São Paulo em 24/09/2006. Por meio da organização linguística do texto, temos como pressuposto e posteriormente concluímos que o locutor utiliza-se da modalidade subjetiva e evidencial para dar sustentação e credibilidade a seus argumentos, uma vez que essas marcas veiculadoras de modalização representam o comprometimento pessoal do falante em relação à verdade da proposição.

PALAVRAS-CHAVE: Gramática Funcional; modalização; epistêmico.

ABSTRACT: This paper analyses the expression of modality through the Functional Grammar perspective, the theory supported by the purposes of the communicative competency of the subjects who, besides codifying and decoding expressions, satisfactorily and interactionally use and interpret them. Through the epistemic modality speaker can express his commitment with to the truth of a proposition. The function of the modality is to transmitting to addressee the communicative intention of the speaker. He can, for example, transmit the discourse act as true or questionable, it all depends which level of the layer the operator used is. According to functionalist approach the epistemic modality attaches in different levels of the underlying structure of the clause (HENGEVELD, 1989). At the predication level a state of affair is described by the speaker in such a way that the addressee is able to understand what situation is referred to. At the proposition level, speaker with communicative intention presents this situation; he expresses his personal attitude toward the content of the proposition as right or possible. In this study we analyzed the communicative effects of the epistemic modalization in the text, A lição de Willie Sutton ao PT, written by José Alexandre Scheinkman and published by Folha de São Paulo newspaper in 09/24/2006. Through the linguistic organization of the corpus, we have supposed and afterwards it has concluded that speaker uses subjective and evidential modalities to express credibility and commitment in his arguments.

KEYWORDS: Functional Grammar; modalization; epistemic.

INTRODUÇÃO

Por meio da competência comunicativa, os falantes são capazes de usar e interpretar satisfatoriamente as expressões lingüísticas em uma situação de interação. Essa mesma competência concede ao usuário da língua a possibilidade de organizar seu enunciado de forma qualificada, deixando clara ou implícita suas reais intenções comunicativas.

A modalização epistêmica se refere ao modo de uso da língua, pelo qual o falante expressa sua avaliação, sobre o valor de verdade do conteúdo proposicional. Trata-se de marcar o conteúdo comunicado por meio de um conhecimento, crença ou mesmo, uma opinião pessoal. A língua dispõe de uma variedade de recursos lingüísticos que podem ser utilizados para a expressão da modalização epistêmica. A escolha de um ou outro recurso demonstra o maior ou menor grau de adesão do falante em relação ao conteúdo por ele proferido. Essa gradação ocorre, porque o eixo epistêmico é definido como um *continuum* entre o certo e o possível, e cabe ao falante, de acordo com suas intenções comunicativas, utilizar-se de modalizadores do certo ou do possível.

Nosso interesse em estudar as marcas lingüísticas veiculadoras de pontos de vista do falante nasceu da observação da língua em situação de uso, ou seja, na interação. Percebeu-se que o falante tem a necessidade de marcar o seu enunciado com "pistas", que revelam sua posição a respeito do que acredita. Constantemente, lança mão dos recursos veiculadores de modalização, disponíveis na língua, para tentar influenciar o comportamento do outro, ou mesmo fazer com que o outro compartilhe de determinadas opiniões suas. Nesses termos, reconhecendo o caráter interpessoal da modalidade, concluiu-se que essa expressão pede uma abordagem que considere a língua em uso. Assim, optou-se por uma fundamentação teórica de base funcionalista.

Em uma investigação da modalidade epistêmica sob um enfoque funcionalista, considera-se que os enunciados se constituem em camadas (HENGEVELD, 1989) e que a modalidade pode instalar-se nos vários níveis do enunciado, depen-

dendo da intenção comunicativa do falante. O presente artigo, fundamentando-se nos trabalhos de Hengeveld (1989), Neves (1994, 1997, 1998, 1999-2000), Hattner (1995) e Castilho (1994), pretende fazer uma análise funcionalista da expressão da modalidade epistêmica, em um texto veiculado no caderno "B2 dinheiro", do jornal Folha de São Paulo de 24 de setembro de 2006.

O artigo será organizado da seguinte forma: na seção 2, apresenta-se a expressão da modalidade sob uma abordagem funcionalista; na seção 3, um exercício de análise funcional e, na seção 4, apresentaremos as conclusões do trabalho.

A GRAMÁTICA FUNCIONAL E A EXPRESSÃO DE MODALIDADE

De acordo com uma abordagem funcionalista, a língua é um instrumento de interação social. Não existe, em si e por si, como uma estrutura arbitrária de alguma espécie, mas existe em virtude de seu uso para o propósito de interação entre seres humanos (NEVES, 1997). Neste sentido, a análise funcional das estruturas lingüísticas privilegiará, além das relações estruturais da língua, a função comunicativa, ou seja, a capacidade que os indivíduos têm de articularem de maneira satisfatória as expressões lingüísticas.

Givón (1979, apud NEVES, 1997: 28) afirma que a estrutura da linguagem não pode ser realmente estudada, compreendida ou explicada se a função comunicativa não for considerada. As estruturas gramaticais são analisadas em uma situação comunicativa em que o contexto discursivo, os participantes e os papéis que cada um desempenha na interação são fatores que conferem à abordagem funcionalista subsídio para explicar muitos fenômenos de ordem de palavras como modalização, topicalização, apassivação, que se relacionam com aspectos funcionais, como por exemplo, um ponto de vista eleito pelo falante.

Ao investigar como as expressões lingüísticas "se codificam gramaticalmente" durante o processo de interação, a gramática funcional considera que a língua possui três sistemas interligados pelo léxico, operando de forma simultânea

na mente humana: o sistema semântico, o sistema sintático e o sistema discursivo (CASTILHO, 1994). Nessa complexa articulação de sistemas, o componente sintático faz o papel de codificador dos outros dois componentes: o semântico (proposicional) e o pragmático (discursivo).

Em uma análise funcional, as expressões são analisadas dentro da predicação, há uma relação entre um predicado e seu sujeito. "O predicado, que designa propriedades ou relações, se aplica a um certo número de termos que se referem a entidades, produzindo uma predicação que designa um estado de coisas, ou seja, uma codificação lingüística (e possivelmente cognitiva) que o falante faz da situação" (NEVES, 1998:70). A predicação se constitui em conteúdo proposicional. Este conteúdo é o fato, que pode ser expresso ou pensado pelo falante de muitas formas, gerando admiração, dúvida, certeza, etc. Quando a proposição, que simboliza um fato possível, se reveste de força ilocucionária, tem-se a cláusula, que significa um ato de fala.

Todos os itens lexicais têm que ser analisados dentro da predicação. A descrição de uma expressão é iniciada com a construção de uma predicação subjacente. Esta se dá através da inserção de "termos" em "estruturas de predicado". Pelo menos um conjunto de estruturas de predicado e um conjunto de termos (denominados "fundo da língua") são necessários para que a predicação subjacente seja construída. O léxico se encontra no "fundo da língua", e lá, mediante regras sincronicamente produtivas, os predicados básicos e os termos básicos da língua podem ser estendidos, formando predicados derivados e termos derivados.

Considerada como núcleo de uma estrutura de cláusula subjacente (NEVES, 1994), a predicação pode ser descrita segundo os três níveis: predicação nuclear; predicação central, predicação estendida. A proposição consiste em uma predicação construída em uma camada de ordem mais alta, que simboliza um fato possível. Nesta relação predicativa, os elementos de nível 3 (operadores e satélites) servem para demonstrar a posição assumida pelo falante quanto ao fato possí-

vel e seu real comprometimento em relação a esse mesmo fato. No nível mais externo da camada oracional, a junção da proposição revestida de força ilocucionária e dos operadores e satélites de nível 4 constituem a cláusula, que corresponde a um ato de fala.

Na construção de uma estrutura subjacente da cláusula é necessário um predicado e termos que corresponde ao primeiro nível, que produzindo uma predicação, segundo nível, desencadeará uma proposição, terceiro nível, resultando assim, o ato fala, quarto nível.

Três tipos de funções estão presentes na estrutura do predicado. As funções semânticas "(papéis dos referentes dos termos nos estados de coisas designados pela predicação): agente, meta, recipiente"; as funções sintáticas "(especificação da perspectiva a partir da qual o estado de coisas é apresentado na expressão lingüística): sujeito e objeto"; e "funções pragmáticas (estatuto informacional de um constituinte dentro do contexto comunicativo mais amplo em que ele ocorre): tema, tópico, foco etc" (NEVES,1994: 124)

A investigação da expressão da modalidade sob um enfoque funcionalista considera que somente uma representação da estrutura da frase por meio de camadas permitiria um tratamento adequado a essa categoria (HENGEVELD, 1989).

De acordo com o autor, todo o enunciado pode ser analisado em dois níveis: o representacional e o interpessoal. O nível representacional faz referência ao evento narrado, ou seja, "um estado de coisa é descrito de maneira tal que o interlocutor seja capaz de entender a que situação real ou hipotética se faz referência". Já no nível interpessoal, que diz respeito ao evento da fala, a situação é apresentada de forma que o interlocutor seja capaz de reconhecer a intenção comunicativa do falante.

Neste modelo de análise de frase, percebe-se que são atribuídas à predicação duas funções diferentes. Tanto pode designar um estado de coisas (nível representacional) quanto representar o conteúdo de um ato de fala (nível interpessoal). A fim de distinguir um uso do outro, Hengeveld (p. 130) usa o termo "predicação" para se referir à primeira função e "proposição" para se referir à segunda.

Neves (1999-2000) fundamentada em Hengeveld estabelece três níveis distintos de modalidade: inerente, objetiva e epistemológica. E de acordo com a autora a expressão da modalidade pode atuar nos diversos níveis.

No nível 1, da estrutura interna da predicação, ocorre a modalidade inerente. Pode ser definida como as “relações entre um participante e a realização do estado de coisas (EsCo) em que está envolvido”. Como essa modalidade só tem expressão lexical (verbos modais), o que lhe torna possível expressar são as relações de habilidade, obrigação, volição e permissão entre o falante e o EsCo no qual está envolvido.

No nível da predicação - ou dos estados de coisas (nível 2), encontra-se a modalidade objetiva, que representa a avaliação do falante quanto à realidade do EsCo designado pela predicação, independente da opinião pessoal, ou seja, “o falante pode avaliar a realidade de um EsCo em termos de seu conhecimento dos estados de coisas possíveis”. O falante pode avaliar um EsCo epistemicamente ou deonticamente dependendo do conhecimento que tem sobre as situações possíveis. “Se apenas alguns estados de coisas contiverem o EsCo que está sendo analisado, então o falante chegará à conclusão “possível”. (HATTNER, 1995). Há uma gradação entre o certo, o provável e o possível; tudo depende do conhecimento do falante.

A modalidade denominada epistemológica atua no nível da proposição, ou dos fatos possíveis (nível 3). Tem como característica o comprometimento pessoal do falante em relação à verdade da proposição. Subdivide-se em dois subtipos: modalidade subjetiva e modalidade evidencial.

Na modalidade subjetiva, o falante se responsabiliza por seu enunciado, marca, através de meios lingüísticos, o grau de certeza ou de validade do conteúdo proferido, pois ele se revela como a origem da informação. Já a modalidade evidencial consiste na apresentação de “provas lingüísticas”, evidências por parte do falante, para conferir veracidade ao conteúdo.

Retomando Hengeveld, todo enunciado pode ser analisado no nível representacional e interpessoal; assim, pode-se concluir que as modalidades encontradas no nível da predicação,

inerente e objetiva, serão consideradas pertencentes ao nível representacional, pois o falante participa da realização de um estado de coisas, mas apenas avalia a realidade do Esco, de acordo com seu conhecimento. E as modalidades epistemológicas subjetiva e evidencial, por ocorrerem no nível da proposição, e acrescentarem um comprometimento do falante quanto a sua fala, serão consideradas modalidades de nível interpessoal.

De acordo com Hattner (1995) a modalidade epistêmica subjetiva difere da objetiva pelo fato de que uma proposição modalizada subjetivamente não pode ser questionada, uma vez que o falante se revela como a fonte da informação e apresenta, com diferentes graus de adesão, o seu comprometimento a respeito da verdade do conteúdo proposicional. Já a modalidade epistêmica objetiva, por situar-se no nível da predicação, proporciona ao falante a possibilidade de furtar-se à responsabilidade de garantir a veracidade de seu enunciado.

Quanto às classes de elementos modalizadores e os níveis de constituição do enunciado, Neves (1999-2000) classifica os verbos modais como pertencentes ao nível 1 (modalidade inerente), os adjetivos modais alojam-se no nível 2 (modalidade epistêmica objetiva) e os advérbios modais classificam-se em modalizadores de nível 3 (modalidade epistêmica subjetiva).

UM EXERCÍCIO DE ANÁLISE FUNCIONAL

Como foi dito anteriormente, são muitos os recursos lingüísticos veiculares de modalização epistêmica. Nos limites deste trabalho, limitar-me-ei à análise da modalidade inerente, nível 1 (verbos modais), modalidade epistêmica objetiva, nível 2 (adjetivos modais) e modalidade epistêmica subjetiva, nível 3 (advérbios modais).

Para iniciar a análise dos enunciados modalizados epistemicamente, faz-se necessário uma caracterização do momento histórico vivido pelo governo Lula no último mês que antecede as eleições para presidente. Nesse período, o cenário político apresenta-se bastante conturbado, pois mais uma denúncia de corrupção (o caso do dossiê assolou o Partido dos Trabalhadores). A repercussão dos últimos acontecimentos fez

com que as imagens do presidente e de seu partido, ganhassem as páginas dos jornais. O teor das reportagens é carregado de críticas, denúncias e escândalos. Nesse contexto, se insere o texto que será analisado. O enunciador, José Alexandre Scheinkman, professor de economia na Universidade Princeton (EUA), escreve à Folha se posicionando contra “funcionários nomeados por critérios políticos nas estatais”.

O colunista inicia seu ponto de vista crítico comparando um bandido americano legendário que roubava bancos ao Partido dos Trabalhadores. Para dar sustentação a seus argumentos, o locutor lança mão dos evidenciais. Como foi dito anteriormente, a avaliação epistêmica se sustenta a partir de um conjunto de conhecimento e crenças do falante. Esse pode, de acordo com suas intenções comunicativas, explicitar ou não a fonte do seu saber (evidências). Ocorrência (1).

- (1) **Segundo uma reportagem da Folha** de sexta, em 2003, o PT “partidarizou” o Banco do Brasil montando toda a equipe de Cássio Casseb, o primeiro presidente do banco no governo Lula.

Ao optar por explicitar a fonte do saber veiculado por seu enunciado, o locutor ofereceu ao seu interlocutor a possibilidade de avaliar por si próprio a confiabilidade da informação. Nota-se que, o comprometimento do locutor ficou atenuado, pois todo o seu saber e argumentação estão sustentados por uma reportagem da Folha, que confere legitimidade aos argumentos do locutor.

Na ocorrência (2), o advérbio modalizador epistêmico expressa uma avaliação a respeito do valor de verdade do que é dito no enunciado. Sua função é asseverar, marcar a adesão do locutor, ratificando o conteúdo proposicional.

- (2) Parte do meu trabalho acadêmico nos últimos anos foi **exatamente** sobre a questão do risco e, por isso, tenho encontrado com frequência responsáveis pela gestão de risco de instituições financeiras em todo o mundo.

Percebe-se que o escopo de incidência do advérbio modalizador recaiu sobre o constituinte “sobre a questão do

risco”, confirmando que a intenção do locutor é reforçar o seu saber sobre o assunto, e conseqüentemente, dando-lhe autoridade para argumentar.

Na ocorrência (3), o uso do advérbio modalizador “mesmo” representa uma avaliação do locutor sobre “o perfil dos gestores”.

- (3) O perfil desses gestores é em geral o mesmo; uma formação quantitativa forte na graduação seguida pelo mestrado ou **mesmo** doutorado em economia ou finanças.

Neste caso, o locutor procura não só informar o perfil dos gestores, mas quer que a enunciação produza um efeito sobre o interlocutor. Esse efeito ocorre, devido à posição do modalizador, incidindo sobre o constituinte “doutorado”. Seria como afirmar que, há muita gente competente, até com doutorado, para ocupar o cargo de gestor.

Tomemos o caso de (4). Nele podemos considerar que o locutor, ao utilizar-se de um “modalizador do possível”, distancia-se do enunciado, diminuindo sua responsabilidade sobre o que é dito.

- (4) **É provável** que haja funcionários bem treinados no escalão inferior da gestão de risco do BB.

O locutor descreve o Esco como possível, e apresenta a qualificação como independente de sua avaliação. Conclui-se que, o adjetivo modal está incidindo sobre a predicação (nível 2), portanto não há um forte comprometimento do locutor com relação à verdade da proposição.

O conteúdo do enunciado de (5) é apresentado pelo locutor como um fato. O advérbio modalizador teve por função asseverar o saber que o locutor tem sobre o assunto. Saber esse, que é sustentado pelo argumento “Uma rápida pesquisa na internet”.

- (5) Mas o Banco do Brasil não é, **evidentemente**, um caso único.

Segundo Neves (2000), o emprego de advérbios asseverativos não garante que o conteúdo do que se diz seja verdadeiro ou não-verdadeiro, ou possível. “O que esses advérbios indicam é que o falante quer marcar seu enunciado como digno de crédito”.

Na ocorrência (6), o advérbio modalizador assumiu a função de reforçar as evidências descritas. Considerando-se o eixo epistêmico, percebe-se que o locutor optou por utilizar um modalizador que atenuasse a força do ato de fala.

- (6) **Aparentemente** em quase toda empresa estatal encontram-se casos de ex-funcionários do alto escalão envolvidos nos escândalos do governo Lula.

Neste caso, seu objetivo pode ser a preservação da face, pois se o locutor tivesse certeza da veracidade do enunciado, utilizaria modalizadores do eixo epistêmico do certo (certamente, obviamente, verdadeiramente etc).

Em (7), percebe-se que a força asseverativa do modalizador “mesmo” foi atenuada.

- (7) **Mesmo que** futuros governantes demonstrem mais comedimento do que o PT demonstrou no uso da máquina do Estado, é importante diminuir as oportunidades à disposição do Poder Executivo.

Neves (2000) faz observações quanto ao emprego dos advérbios asseverativos. Argumenta que esses advérbios são entendidos como subordinadores de oração, devido à construção com a conjunção “que”. Na ocorrência, a união dos dois itens lingüísticos resultou uma relação hipotática adverbial concessiva. De acordo com a autora, as construções concessivas caracterizam-se por estabelecer uma relação de “contrariedade à expectativa”. O interessante é que no caso da ocorrência (7), o modalizador parece ter se transformado em um conectivo.

A intenção comunicativa do locutor é o fator determinante para o posicionamento da modalização. Isso pode ser percebido na ocorrência (8).

- (8) Aliás, o efeito das privatizações nas oportunidades de corrupção não passa despercebido **mesmo** pelos mais leais defensores do governo.

O escopo do modalizador “mesmo” é o constituinte “pelos mais leais defensores do governo”. Neste caso, o locutor quis salientar que, até no Partido dos Trabalhadores há

aqueles que reconheçam “o efeito das privatizações nas oportunidades de corrupção”, ou seja, quanto mais estatais mais oportunidades para a corrupção.

Na ocorrência (9), temos um modalizador de nível 1 (modalidade inerente). Segundo Almeida (1988), “se na possibilidade de uma ação, estiver presente a idéia de fatos anteriores e suas conseqüências lógicas, entraremos no terreno da probabilidade”.

- (9) Os signatários têm razão - a privatização da Vale, além de aumentar a eficiência do setor de mineração no país, cortou um grande número de postos que o governo **poderia ter** ocupado com membros do PT ou “movimentos sociais” associados para garantir o financiamento das campanhas eleitorais e os recursos para comprar o apoio da bancada fisiológica no Congresso.

Neste caso, ocorreu a possibilidade epistêmica, porque a experiência do locutor (escândalos de corrupção envolvendo o PT) desencadearam um saber (no eixo epistêmico do possível) que o fez concluir que seria provável que a Vale do Rio Doce se tornaria uma estatal envolvida “nos escândalos do governo Lula”. O baixo grau de adesão do falante e o alto grau de probabilidade do enunciado são reforçados pelo verbo modal no futuro do pretérito do modo indicativo. Segundo Neves (1999-2000), os enunciados modais que representam uma situação referencial de tempo futuro, podem ser epistêmicos, mas, geralmente, têm leitura não-epistêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procurou-se abordar a expressão da modalidade sob a perspectiva funcionalista, descrevendo, de acordo com Neves (1999-2000), os níveis de atuação da modalização nos enunciados, especificadamente, a modalidade epistêmica.

Essa categoria pode atuar tanto no nível da predicação (nível 2) quanto no nível da proposição (nível 3). No nível da

predicação o falante descreve o EsCo sem manifestar a sua posição, já no nível da proposição, ao qualificar epistemicamente seu enunciado, o falante não somente avalia como certo ou possível, mas também se posiciona, ou seja, expressa seu ponto de vista.

Entendendo que a linguagem é um meio de interação, e que a intencionalidade permeia todas as relações com a linguagem. Reconhecemos que a modalização é apenas, mais um dos recursos à disposição do falante, na construção do sentido de seu discurso. Portanto é fundamental, que outros elementos lingüísticos (partículas enfáticas) que circundam os elementos modalizadores, ora reforçando-os, ora atenuando-os, sejam considerados durante a análise. Esse é um dos pontos do trabalho que merece ser desenvolvido ao longo das pesquisas.

Nesse exercício de análise, pudemos constatar também, que a seleção da posição sintática do modalizador na sentença (começo, meio ou final) demonstra o grau de asseveração maior ou menor. Mas, essas reflexões são ainda muito preliminares e indicam os muitos caminhos que percorreremos, a fim de compreender a expressão da modalidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João de. *A categoria da modalidade*. Uniletras, Ponta Grossa, n.10, p.10-24, 1988.

CASTILHO, Ataliba T. *Um ponto de vista funcional sobre a predicação*. Alfa, São Paulo, v. 38, p. 75-95, 1994.

FOLHA DE S. PAULO: caderno dinheiro, exemplar de 24/09/06.

HATTNER, M. M. D. *A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor*. 163p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1995.

HENGEVELD, Kees. *Layers and operators in Functional Grammar*. J. Linguistics, v.25, p.127-157, 1989.

NEVES, Maria H.de M. *Funcionalismo e descrição do português*. Veredas: revista de estudos lingüísticos, Juiz de Fora, v.2, n.2, p.69-75, jul/dez. 1998.

_____. *Uma visão geral da gramática funcional*. Alfa, São Paulo, v.38, p.109-127, 1994.

_____. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

_____. *A modalidade: um estudo de base funcional na língua portuguesa*. Revista Portuguesa de Filologia, v. 23, p.97-123, Coimbra, 1999-2000 (no prelo).

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Colegiado do Curso de Letras — Campus de Cascavel

REVISTALÍNGUAS & LETRAS

Versão eletrônica disponível na internet:
www.unioeste.br/saber